



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA  
CONCELHO DE CASCAIS

Mandato 2021/2025

**ATA N.º 4**

20 de abril de 2022



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA, REALIZADA NO DIA VINTE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

ATA NÚMERO QUATRO-----

----- (Mandato 2021-2025) -----

---- Aos vinte dias de abril de dois mil e vinte e dois reuniu, na sede da freguesia, sita na Rua D. Duarte de Meneses, N.º 12, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana, sob a presidência de Rafael Ribeiro Neto, coadjuvado por Ana Carina da Silva Fonseca Pais, primeira secretária, e Hugo Miguel da Silva Fernandes, segundo secretário. -----

---- Para além dos atrás mencionados, assinaram a lista de presenças os seguintes membros: -----

---- **Partido Social-Democrata (PSD):** Maria Inês Bica Catarino, Guilherme Fernando da Silva Anastácio, Hélder Miguel Moreira Antunes, Catarina Martins Gonçalves, Elvis Lopes dos Santos e Manuel António da Palma. -----

---- **Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Diogo Filipe Geraldo Pereira. -----

---- **Partido Socialista (PS):** Bruno Miguel Gonçalves Bernardes, Carlos Miguel Tavares Nogueira, Maria Irene Gomes Ferreira Dantas, Luís Miguel Correia Fonseca, Maria Isabel Santos Baião Rodeia, Tiago Miguel Fonseca Silveirinha, Patrícia Alexandra Espiguiinha Duarte e Manuel António Fernandes. -----

---- **Partido Comunista Português (PCP):** Ana Filipa Madeira Cordeiro. -----

---- **CHEGA (CH):** Olímpio Leonel de Brito Correia. -----

---- **Bloco de Esquerda (BE):** Francisco Miguel da Silva Caldeira. -----

---- Faltaram à reunião os seguintes membros: -----

---- João Paulo Barroso Rodrigues (PSD), que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Inês Bica Catarino; -----

---- Maria Fernanda dos Santos Gonçalves (PS), que justificou a sua ausência e foi substituída por Patrícia Alexandra Espiguiinha Duarte; -----

---- Paulo Jorge Ribeiro Doroana (PS), que justificou a sua ausência e foi substituído por Manuel António Fernandes; -----

---- Tiago Grácio de Faria Lopes (CH), que justificou a sua ausência e foi substituído por Olímpio Leonel de Brito Correia; -----

---- Às vinte e uma horas e três minutos, constatada a existência de *quórum*, o presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

---- Não foi registado qualquer pedido de intervenção por parte do público. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---- O **presidente da Assembleia** leu resumidamente o expediente, enumerando as substituições e a tomada de posse, e deu então início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

---- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) apresentou a Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder democrático” (em anexo a esta ata). Não havendo intervenções, o **presidente da Assembleia** colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 10 votos a favor (PS, PCP e BE) e 11 abstenções (PSD, CDS e CHEGA). -----

---- **Francisco Caldeira** (BE) apresentou o Voto de Saudação ao 25 de Abril (em anexo a esta ata). Não havendo intervenções, o **presidente da Assembleia** colocou o voto de saudação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 10 votos a favor (PS, PCP e BE) e 11 abstenções (PSD, CDS e CHEGA). -----

---- **Elvis Santos** (PSD) apresentou a Moção “48 anos do 25 de Abril de 1974”, pela Coligação Viva Cascais (em anexo a esta ata). Não havendo intervenções, o **presidente da Assembleia** colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor (PSD, CDS, PS, CHEGA e BE) e um voto contra (PCP). -----

---- **Francisco Caldeira** (BE) apresentou o Voto de Saudação ao 1.º de Maio (em anexo a esta ata). Não havendo intervenções, o **presidente da Assembleia** colocou o voto de saudação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 10 votos a favor (PS, PCP e BE) e 11 abstenções (PSD, CDS e CHEGA). -----

---- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) apresentou a Moção “Por Melhor e Mais Acessíveis Transportes Públicos e Maior Gratuitidade” (em anexo a esta ata). ----

---- **Bruno Bernardes** (PS) interveio, referindo que, *“realmente, a área da Mobilidade é uma luta em que Portugal ainda está muito atrás daquilo que acontece em muitos centros urbanos, em zonas suburbanas dos grandes centros urbanos em Portugal. É uma luta e, independentemente do governo atual ser do PS, e de ter sido nos últimos anos, comungamos também da perspetiva do PCP. Votaremos favoravelmente porque é importantíssimo ter uma rede de transportes públicos que Portugal ainda não tem e com uma coordenação que ainda não existe. Estamos nesse caminho. E, portanto, votaremos favoravelmente”*. -----

---- Não havendo mais intervenções, o **presidente da Assembleia** colocou a moção a votação, tendo a mesma sido chumbada, com 10 votos a favor (PS, PCP e BE) e 11 votos contra (PSD, CDS e CHEGA). -----

---- **Maria Inês Catarino** (PSD) apresentou uma declaração de voto. *“Nós até concordaríamos com algumas das propostas apresentadas. No entanto, em Cascais, ainda temos um serviço rodoviário gratuito e não nos revemos na questão da AML. O que sentimos é que a CDU fez parte do governo e durante seis anos não foram feitas estas alterações. A geringonça era nesse princípio. No entanto, achamos que teriam todas as oportunidades para fazer essa mudança, mas não foi realizada neste tempo. É, por isso, o nosso voto contra”*. -----

----- **Catarina Gonçalves** (PSD), que apresentou o “Voto de Solidariedade ao Povo Ucrainiano e Voto de Louvor à Câmara Municipal de Cascais” pela Coligação Viva Cascais (em anexo a esta ata). -----

---- **Bruno Bernardes** (PS) interveio, dizendo que *“a bancada do PS pediria apenas no último parágrafo, que se refere às instituições... Como é óbvio, a Câmara Municipal que fez um trabalho que é de louvor e que cabe também aos municípios e as autarquias locais, que são organismos públicos, esta capacidade de atuação mais rápida e com uma capacidade de resposta. Cascais é um dos maiores municípios portugueses. Tem esta*

capacidade financeira e de aplicar naquilo que o PS também acha que é positivo. Parabenizar a bancada do Viva Cascais relativamente à apresentação geral da moção relativamente ao minuto de silêncio às vítimas, que estamos solidários, aos refugiados ucranianos e à comunidade ucraniana que já vivia em Cascais. Aí estamos todos de parabéns! Acrescentaria, se a bancada do Viva Cascais aceitar, uma questão no último parágrafo da proposta, dizer que à Camara de Cascais, às instituições, toda a sociedade civil de Cascais, à comunidade ucraniana residente no concelho de Cascais e às juntas de freguesia". -----

---- **Maria Inês Catarino** (PSD) interveio, assegurando que "a bancada PSD/CDS-PP não tem qualquer problema em acrescentar o que foi pedido". -----

---- Não havendo mais intervenções, o **presidente da Assembleia** colocou o voto a votação com as alterações propostas pelo PS, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 20 votos a favor (PSD, CDS, PS, CHEGA e BE) e uma abstenção (PCP). -----

---- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP), apresentou uma declaração de voto, dizendo que se absteve, "única e simplesmente, nesta votação, não por causa do povo que acolhemos, e que bem precisa de ajuda, mas sim por achar ser redutor relativamente a todos os outros refugiados que também necessitam de ajuda face ao que se passa nas suas casas". -----

---- Antes de se avançar para o Período da Ordem do Dia, realizou-se um minuto de silêncio, conforme o proposto no voto de solidariedade para com o povo ucraniano. -----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

---- **Ponto Um** - Ata N.º 3 - **Apreciação e votação;** -----

---- Não havendo intervenções, o **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com duas abstenções (PS). -

---- O **vogal Jorge Marques** sugeriu a apresentação conjunta dos **pontos Dois e Três**, proposta que foi aceite. -----

---- **Ponto Dois** - Acordo de Parceria entre o Município de Cascais e as Juntas de Freguesia para o Desenvolvimento do Programa de Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar - Ano Letivo 2021-22 - **Apreciação e votação;** -----

---- **Ponto Três** - Acordo de Parceria entre o Município de Cascais e as Juntas de Freguesia para o Desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular e Programa Crescer a Tempo Inteiro - Ano Letivo 2021-22 - **Apreciação e votação;**

---- O **vogal Jorge Marques** procedeu então à apresentação dos pontos Dois e Três, explicando que "a Junta de Freguesia de São Domingos de Rana executa nas escolas básicas de Caparide e da Abóboda N.º 2, em Cabeço de Mouro, as atividades previstas no Programa Crescer a Tempo Inteiro, que é um programa da Câmara Municipal de Cascais e cujas entidades executoras são também as juntas de freguesia. Este programa inclui as respostas de Atividades de Animação e Apoio à Família, as Atividades de Enriquecimento Curricular e a Componente de Apoio à Família. Desenvolve-se das 8 às 9 horas da manhã na receção aos alunos e, depois da parte da tarde, das 15h30 às 18h30. Aquilo que se pretende nestes dois acordos de parceria é, basicamente, regular a parceria que existe entre a Câmara Municipal de Cascais e a junta de freguesia, as linhas orientadoras, também a comparticipação financeira do município. Por isso, no fundo, trata-se de regularizar a atividade que está a acontecer este ano letivo, que começou

com o anterior executivo e que continuou, naturalmente, com este novo executivo. Esta é uma parceria que já resulta há alguns anos. -----

---- Sobre estes pontos, só queria dar duas ou três notas sobre aquilo que temos vindo a desenvolver no corrente ano letivo. O executivo teve a oportunidade de elaborar o normativo que enquadra as condições de funcionamento destas respostas. Definimos também um plano de formação para as equipas que estão a desenvolver estas respostas na Escola Abóboda N.º 2, porque sentimos que era importante, tendo em conta que estavam descapitalizadas a nível da formação. Não estavam a executar estas respostas de acordo com o normativo da Câmara Municipal de Cascais, única e exclusivamente porque não foram às formações. Não foram convidadas para ir às formações promovidas pela Câmara Municipal de Cascais e, portanto, as equipas dão aquilo que sabem. Nós agora estamos em quatro sessões de formação. Duas já foram concluídas e estamos a tentar que as equipas funcionem de acordo com aquilo que se pretende. -----

---- Uma última nota para partilhar as boas notícias. Acho que são boas notícias para todos nós, para a junta de freguesia e, naturalmente, para os nossos vizinhos de São Domingos de Rana. A Câmara Municipal de Cascais vai alargar estas respostas que se concentravam no pré-escolar e no primeiro ciclo. Vai alargar estas atividades para o segundo ciclo, para o 5.º e 6.º anos, e nós seremos os parceiros. A Junta de Freguesia de São Domingos de Rana será parceira do Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo, o que nos deixa muito satisfeitos por termos sido escolhidos. É, naturalmente, com a confiança que fomos ganhando com o agrupamento nos últimos meses que conseguimos que essa decisão fosse tomada. Poderiam ter escolhido outros parceiros, mas o agrupamento escolheu-nos. -----

---- O Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo irá dar continuidade à parceria que já tinha com a Santa Casa da Misericórdia de Cascais, parceria essa avaliada como positiva. Portanto, faz todo o sentido que continuem a desenvolver estas respostas. O Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo já tinha esta resposta para o segundo ciclo. Por isso, irá continuar com o parceiro de sempre, a Santa Casa da Misericórdia de Cascais. -----

---- Nós, junta de freguesia, a partir do próximo ano letivo, vamos desenvolver na escola-sede do Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo a atividade de Componente de Apoio à Família para os 5.º e 6.º anos. -----

---- Não registando qualquer pedido de intervenção, o **presidente da Assembleia** colocou os pontos a votação em conjunto, tendo ambos sido aprovados por unanimidade. -----

---- **Ponto Quatro** - Aprovação do Protocolo de Desenvolvimento Cultural - Apoio às Bandas Filarmónicas - **Apreciação e votação**; -----

---- O **vogal Jorge Marques** apresentou o ponto, referindo que, “no corpo da proposta, está explícito o que queremos partilhar com todos. Basicamente, no mandato anterior, enquanto oposição, tivemos oportunidade de denunciar aqui, nesta assembleia de freguesia, que o acordo que tinha sido estabelecido entre a Junta de Freguesia de São Domingos de Rana e o Talaíde para apoio à banda filarmónica não estava a ser cumprido. Como gostamos de ser coerentes com as nossas posições, fazemos, naturalmente, esta proposta de protocolo e fomos mais longe. Para além de apoiarmos a Banda Filarmónica de Talaíde, fazemos também o apoio para alavancar a atividade da Banda do 1.º de Maio. -----

---- Este apoio tem uma tradução a nível financeiro e, portanto, está explícito no protocolo e, também a nível logístico, sempre que é possível, sempre que existam meios da junta de freguesia para corresponder às atividades destas duas bandas. -----

*Z. A. N. L.*  
*HR*

---- Quería só dizer aqui uma nota. Já estou aqui nestas lides há alguns anos e é sempre a mesma coisa. Vimos sempre com palavras bonitas e com moções para comemorar o 25 de Abril e o 1.º de Maio. Mas comemorar o 25 de Abril e o 1.º de Maio não é com palavras bonitas. É, por exemplo, reabrir o Espaço Museológico, que foi fechado pela Esquerda; é apoiar a formação musical e as nossas coletividades; é promover a cultura como identidade na nossa freguesia; é proteger a população mais vulnerável. Isso é comemorar o 25 de Abril. Tudo o resto é aquilo que nós chamamos politiquice e a Esquerda gosta muito de o fazer. Mas, nós somos de trabalhar, não somos de fazer política no papel". -----

---- Não registando qualquer pedido de intervenção, o **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----

---- **Ponto Cinco** - Regulamento de Apoio às Organizações Sociais da Freguesia - **Apreciação e votação;** -----

---- A **vogal Arminda Oliveira** apresentou o ponto, referindo que "este regulamento era uma grande lacuna que existia na freguesia. Ou seja, ele nunca existiu. Até aos dias de hoje, as organizações sociais eram apoiadas sem base em critérios e regras transparentes e comuns a todos. Nós fizemos um esforço enorme para conseguirmos colocar no papel regras iguais para todos, para que, numa freguesia com tantas organizações sociais, com as mais variadas atividades, todas se possam candidatar com as mesmas regras, com tudo bem explícito, com os mesmos prazos e com tudo bem esclarecido". -----

---- **Isabel Rodeia** (PS) interveio. "Quanto a este regulamento, a bancada tem aqui algumas dúvidas. A primeira é saber se as entidades locais, que vão ser as beneficiárias deste tipo de financiamento, foram ouvidas. A segunda questão é o regulamento apresentar duas linhas de financiamento distintas e, pelo menos no regulamento, não está definido o número de projetos que cada organização pode apresentar. Depois refere o artigo 3 do ponto 7.º, que passo a citar: 'Não são elegíveis projetos que sejam, de alguma forma, cofinanciados por entidades públicas ou privadas'. Como pretendem fazer este cruzamento para que não haja duplo financiamento? O regulamento é, como a Arminda referiu, tão transparente que não diz a dotação orçamental. Não há dotação orçamental, não há definição do montante que é aprovado. Ou seja, não há um teto máximo, nem mínimo, para cada candidatura, tal como não há a duração dos projetos. O regulamento é omissivo relativamente a essa questão. -----

---- Consideramos o formulário de candidatura, sendo aquele que está em anexo e que nos foi facultado, muito vago. Deveria conter alguns documentos que as organizações deveriam anexar ao projeto, nomeadamente uma memória descritiva, que permita avaliar a parte da execução física e um orçamento completamente discriminado, para se saber de que forma é que a verba financiada vai ser aplicada... Se é na rubrica de Recursos Humanos, noutros encargos, nos encargos com a preparação, realização e acompanhamento das atividades. Consideramos fundamental que, na candidatura ou quando submetessem as candidaturas, as entidades apresentassem um orçamento completamente discriminado. Seria bastante transparente e uma forma mais fácil de, em termos de cálculos, ver realmente para onde é que vai o dinheiro. -----

---- Outra situação que nos chamou a atenção é que nada referem sobre como vai ser feito o acompanhamento dos projetos. Apenas refere este regulamento, no artigo 18, que quando não tenham sido realizadas as atividades apoiadas, a junta de freguesia pode deliberar exigir a devolução da verba. E como é que vão fazer este acompanhamento? O regulamento também é omissivo relativamente a esta questão, apenas mencionando neste artigo 18 o que é será feito caso haja algum incumprimento. -----

---- Outra questão é como vai ser atribuído o financiamento. É por tranches? O projeto é aprovado sem ter uma grelha de análise? Normalmente, as candidaturas que são apresentadas têm uma grelha de análise com determinados critérios e que são pontuados. Cada projeto tem uma pontuação. Aquilo é por ordem decrescente, da maior para a mais pequena e a dotação também tem que ser diferente consoante a pontuação dos projetos. Não diz, ou pelo menos não consegui ver, neste regulamento como vai ser atribuído este montante. Ou seja, um projeto é aprovado com 50 mil euros? Quando a associação inicia o projeto é-lhes transferido os 50 mil euros. Se for por tranches, como é que é? Há um adiantamento? Há o reporte da entidade para a junta de freguesia, em que faz o relatório do desenvolvimento das atividades e, se tiverem sido executadas, liberta-se mais uma verba? Também nada é referido relativamente a esta situação. São estas as questões que gostaria que fossem clarificadas". -----

---- O **presidente da Junta** afirmou que "o regulamento, ao contrário do que o que a Isabel diz, é bastante claro. O artigo 12 diz como as candidaturas devem ser apresentadas. Portanto, está aqui tudo escrito o que perguntou: a previsão de custos, as receitas, as necessidades de financiamento, as candidaturas, etc... Também está aqui quem é que avalia as candidaturas. Quero acreditar que a Isabel também acredita que nós seremos criteriosos na apreciação das candidaturas. Julgo que sabe, e que também tem por adquirido, que nós seremos vigilantes (para não dizer fiscalizadores, que é um termo desagradável), naquilo que é a sua aplicação e também, como é óbvio, na entrega. Não sei se esta será por tranches ou não. Agora, há uma coisa que iremos fazer, que é quando as entidades apresentarem os documentos que têm de apresentar e as propostas, nós chamá-las-emos aqui e tentaremos perceber antes da decisão o que vai acontecer. Não atribuiremos, nem aqui, nem no Associativismo (e graças a Deus que já recebemos muitas propostas), não distribuiremos, como é óbvio, o dinheiro que é de todos a projetos que tenhamos dúvidas sobre a sua capacidade de realização. -----

---- Em relação à existência de outras fontes de financiamento, responderia, e espero que não leve isto a mal, que acontecerá exatamente do mesmo modo que nos pedidos de atestados, em que as pessoas assinam sobre compromisso de honra que aquilo que nos dizem é verdade. É exatamente nos mesmos termos. O regulamento prevê que, se houver outras fontes de financiamento, nós não atribuiremos o financiamento. Se nos disserem que não há outras fontes de financiamento e se vier ao nosso conhecimento que estas existem... a Isabel também sabe que há algumas coisas que podemos perguntar a outras entidades, e já o fazemos na área social com outros apoios que damos, nomeadamente no FES, em que cruzamos a informação, não só com outras instituições, mas também com a Segurança Social. Portanto, é fácil, digo eu, perceber se há ou não outros apoios em causa. Também quero acreditar que nenhuma das instituições que todos conhecemos na freguesia nos vai mentir descaradamente a dizer que nem têm outro apoio quando vai ter. -----

---- Numa última palavra e sem entrar em polémicas, tentámos que este regulamento, que é o primeiro, o inicial, e que pode ser aperfeiçoado... e damos como bons os argumentos que a Isabel e o Partido Socialista nos transmitiram aqui hoje. -----

---- Iremos aperfeiçoar, se for o caso, esta ficha, esmiuçando-a mais, mas queria dizer-lhe que seremos rigorosíssimos na apreciação das candidaturas, como no caso do Associativismo. Quer o Nelson, quer o Jorge, têm-no feito na última semana nas candidaturas das coletividades ao Apoio ao Associativismo. E é evidente que, independentemente, de haver regulamento, a decisão final será sempre do executivo". ---

---- **Isabel Rodeia** (PS) interveio. "Qual o número de candidaturas aprovado para cada associação? Isso não me respondeu... se há limite". -----



---- O **presidente da Junta** respondeu que “não estabelecemos qualquer limite. E vou-lhe explicar porquê. Pode haver instituições que tenham projetos muitos interessantes para a comunidade, independentemente de ser em Trajouce, em Talaíde, em Caparide ou onde quer que seja. E pode haver outros projetos que, apresentados por outra entidade, tenham menos relevância ou que tenham menos impacto na vida da comunidade. Portanto, esse também será um critério. Imagine que a instituição A apresenta três projetos, todos eles com grande impacto na comunidade, e que outra apresenta um e que, no nosso entender, não terá tanto impacto ou que o montante financeiro não é tão reprodutivo como os outros. Teremos também isso em conta. E essas decisões, aí a Isabel e o Partido Socialista podem-nos dizer que isso será o livre arbítrio do executivo. Pois, também tem aqui uma parte. Não vamos esconder. -----

---- Tentamos que as instituições saibam aqui, pelo menos, as regras-base com que se podem coser. Há bocado esqueci-me e não quero fugir à questão, porque é que não colocámos um teto? Porque não queremos inibir as instituições. Pode haver um projeto... dizer um número que não interessa para nada... com dez mil, que é fazível, e que se nós dissermos que o teto é cinco mil não se faz. Pode haver um teto de 50 mil e é um projeto extraordinário. Nós podemos não ter, mas podemos encontrar esse dinheiro em parceria com a câmara ou com outra entidade. Não pusemos um teto por estas duas razões, primeiro porque isso pode inviabilizar outros projetos que sejam importantes e, portanto, teremos que ser nós a ir correr atrás do montante, se não o tivermos, para o subsidiar. Isso ia de algum modo limitar as instituições. Estas poderiam dizer ‘se tivéssemos um bocadinho mais, faríamos isto, mas assim já não podemos apresentar a proposta’. Foi esta a única razão pela qual não criámos aqui um teto. Mas, como está aqui o anterior senhor tesoureiro, esta casa tem limites. Infelizmente para todos, mas tem limites”. -----

---- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

---- **Ponto Seis** - Proposta de Procedimento para Redução das Taxas do Mercado - **Apreciação e votação;** -----

---- O **tesoureiro**, Fernando Gonçalves, introduziu o ponto. “Foi aprovada uma isenção nas taxas do mercado decorrente da pandemia e, em 2022, foi decidido, acompanhando a decisão da câmara, terminar com essa isenção. Paralelamente, este executivo sentiu que os valores cobrados no mercado eram demasiado díspares dos mercados tanto do município, como dos municípios envolventes, e decidiu apresentar uma nova tabela, que foi aprovada por maioria, com os votos a favor da coligação Viva Cascais e do Chega e a abstenção dos restantes. -----

---- Infelizmente, esta proposta foi feita assumindo que estávamos a sair de uma crise pandémica e que iria haver a tão esperada retoma económica, que veio cair por terra com a invasão da Rússia à Ucrânia e com o conseqüente aumento do custo de vida, que todos nós temos vindo a sofrer. Decidimos então, no executivo, propor a redução das taxas do mercado em 20%, de forma a poder contribuir para o alívio destes encargos adicionais. Basicamente, é o que temos enquanto a situação se mantiver”. -----

---- **Bruno Bernardes** (PS) interveio. “Relativamente a este ponto, a bancada do Partido Socialista tem apenas alguns comentários. Iremos aprovar, como é óbvio. Estamos a falar de uma redução de taxas aplicadas aos agentes económicos, mas há algumas questões, mais comentários do que propriamente questões, a deixar aqui na assembleia. A dinâmica inflacionária que hoje estamos a viver não é apenas dos agentes económicos, é também de toda a população. Sabemos bem que também não é a junta que regula os preços que são praticados nos mercados. Como é óbvio, saudamos esta redução dos preços, até porque ela

não tem só a ver com a guerra da Ucrânia. É importante o executivo reconhecer esta questão, mas também é importante reconhecer que esta dinâmica inflacionária não é apenas para os agentes económicos, mas é para nós todos, como cidadãos. E, portanto, deixar aqui uma sugestão: se calhar, era rever aqui outras taxas, uma vez que as pessoas também recorrem a vários e diferentes serviços da junta de freguesia. Com esta dinâmica inflacionária, é normal também que haja dificuldades relativamente a alguns outros pagamentos das taxas praticadas por esta junta de freguesia". -----

---- **Ana Filipa Cordeiro** (PCP) interveio. "É óbvio que, nesta redução de taxas, votaremos a favor, mas gostaríamos só de colocar a questão se não seria possível, se calhar, nesta altura em que os preços têm sempre tendência a piorarem cada vez mais, se não seria possível retomar uma isenção durante mais algum tempo". -----

---- O **presidente da Junta** afirmou que, "na verdade, em relação às taxas, no seu conjunto, nós reduzimos muito, muito significativamente todas as taxas que tínhamos que, no seu essencial, eram e são taxas pagas na secretaria. Depois, em relação às taxas do mercado, fizemos uma atualização que nos pareceu justa e o senhor tesoureiro já explicou as razões. Comparativamente com outros mercados, o nosso mercado era muito generoso negativamente. Naquela altura em que tivemos que fazer as Grandes Opções do Plano e a nova tabela de taxas, as circunstâncias eram outras. Aceito a picardia do Bruno porque faz parte da dialética e, portanto, não vou fugir à questão. Não tenho nenhum comentário, mas as circunstâncias financeiras de março não são de todas as circunstâncias financeiras que tivemos no final de novembro e princípio de dezembro, quando tivemos de iniciar o processo da nova tabela de taxas. Trata-se apenas disso. -----

---- Temos ouvido com alguma insistência os feirantes. Aliás, julgo saber que têm feito também um abaixo-assinado em Cascais para não pagarem de todas as taxas. Pareceu-nos que isso era, de algum modo, exagerado, porque o resto das pessoas não vão ter nenhum benefício, nem da parte do governo, nem da parte da câmara. Portanto, não vai haver exceções. Os próprios parquímetros já voltaram ao seu máximo. Estaríamos aqui a excecionar um conjunto de cidadãos em relação a outros, o que não nos pareceu correto. -----

---- Portanto, há uma redução enquanto esta situação se mantiver. Se se agravar, traremos aqui à consideração uma ou outra proposta. Se não se agravar e se, como todos esperamos, a guerra termine, não se prolongue e não se alastre, voltaremos ao normal. Julgo que com esta intervenção também respondi à Ana. Na nossa análise não há motivo para excecionarmos aqui os senhores feirantes da feira do levante e do mercado saloio em relação aos restantes cidadãos". -----

---- O **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

---- **Ponto Sete – Prestação de Contas de Gerência Repartidas - 01 de janeiro a 18 de outubro de 2021- Apreciação e votação.** -----

---- O **presidente da Junta** introduziu os pontos seguintes, dizendo que "não queremos fazer qualquer comentário, para além do que já fizemos anteriormente com as contas. Aquelas que nos dizem respeito, já falámos sobre elas. Aquelas que não nos dizem respeito, também não temos qualquer comentário a fazer, nem positivo, nem negativo. E, portanto, penso que as contas falam por si e estaremos disponíveis para, naquelas que nos dizem respeito, prestar os esclarecimentos que forem entendidos como úteis". -----

---- Não registando qualquer pedido de intervenção, o **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 10 votos a favor (PS, PCP e BE) e com 11 abstenções (PSD, CDS e CHEGA). -----

ZNL  
KJ

---- **Ponto Oito** - Prestação de Contas de Gerência Repartidas - 19 de outubro a 31 de dezembro - **Apreciação e votação.** -----

---- Não registando qualquer pedido de intervenção, o **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 13 votos a favor (PSD, CDS, CHEGA, PCP e BE) e 8 abstenções (PS). -----

---- **Ponto Nove** - Prestação de Contas de Gerência de 2021 - **Apreciação e votação.** -----

---- Não registando qualquer pedido de intervenção, o **presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 10 votos a favor (PS, PCP e BE) e 11 abstenções (PSD, CDS e CHEGA). -----

---- Relativamente à apreciação dos **pontos Dez e Onze**, o **presidente da Junta** afirmou que *"as informações são claras. Se houver alguma dúvida por parte de algum membro da Assembleia, estaremos disponíveis para esclarecer. Se formos cruzar as Grandes Opções do Plano e estas que apresentamos aqui é fácil perceber o que se passou"*.

---- **Ponto Doze** - Ata em minuta da sessão - **Apreciação e votação.** -----

---- Concluída a ordem do dia, foi posta à consideração e votação da assembleia a ata em minuta da sessão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

---- Agradecendo a todos, o **presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e quarenta minutos. -----

---- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

---- 1.ª SECRETÁRIA Ana Carolina Pais 2.º SECRETÁRIO Há

----- O PRESIDENTE -----

[Assinatura]



## Moção 48 anos do 25 de Abril de 1974

Há quarenta e oito anos foi posto fim a uma ditadura que reprimiu sociedade portuguesa durante quase cinquenta anos. Ditadura essa repudiada pela comunidade internacional, o que resultou no isolamento do nosso país, retardando o nosso desenvolvimento social e económico e, conseqüentemente, agravando de forma abrupta os níveis de pobreza da população, chegando inclusive a ser os níveis de pobreza mais elevados da Europa.

Se por um lado devemos celebrar o 25 de abril enquanto uma vitória da liberdade e da democracia face à violência desmedida e repressão de uma ditadura, por outro devemos olhar para esta importante data e relembrar a relevância da participação ativa e informada dos cidadãos, sem nunca tomarmos como certa a democracia.

Não podemos esquecer o importante papel do 25 de Novembro de 1975, que consolidou as conquistas de abril.

A conquista da liberdade de associação, de imprensa, bem como a guerra que assombrava todas e todos os portugueses, hoje somos confrontados com os mesmos perigos. A luta pela liberdade não é momentânea, é constante.

Hoje em dia, em Portugal, e o no mundo ocidental, sentimos que esta luta é tao necessaria agora, como nunca sentimos que fosse desde então, a guerra e o extremismo ideológico que assombra as nossas democracias liberais ocidentais.

Então, os eleitos da Coligação Viva Cascais de São Domingos de Rana, pretendem saudar as conquistas do 25 de abril de 1974, da sociedade civil e dos militares que conquistaram a nossa liberdade bem como saudar todas e todos os democratas que lutam pela preservação dos nossos ideias pluralistas e democráticos. Viva o 25 de Abril, viva São Domingos de Rana, viva Portugal.

Os eleitos da Coligação Viva Cascais de São Domingos de Rana

Cascais, 20 de Abril de 2022



## **MOÇÃO**

### **Por Melhor e Mais Acessíveis Transportes Públicos e Maior Gratuitidade**

A solução tarifária implementada na Área Metropolitana de Lisboa em 2019 representou o maior avanço na democratização dos transportes públicos na nossa região e **no nosso concelho**.

A solução, necessariamente nacional com implementação regional metropolitana e necessariamente objecto de financiamento a partir do Orçamento de Estado, permitiu uma muito significativa redução do custo suportado por cada família, alargou a mobilidade oferecida pelo passe social, atraiu mais gente aos transportes públicos.

A solução, objecto de luta e reivindicação das populações e do Poder Local durante dezenas de anos, foi construída envolvendo os municípios e o Governo, e não poderia ser de outra forma.

Quando se pretende dar novos avanços, é preciso em primeiro lugar ter a certeza que não se estão a destruir as condições que permitiram materializar o avanço anterior.

Qualquer solução que seja implementada num único município sem ter em conta a realidade metropolitana é uma decisão que pode colocar em causa todo o sistema metropolitano já construído.

**Nas últimas eleições autárquicas foram assumidos compromissos eleitorais por diversas candidaturas que apontam para novas reduções de custos nos transportes.** Cabe agora a cada município procurar construir com os restantes uma solução que procure cumprir com alguns desses compromissos. Assumindo a perspectiva de evolução para: (1) um novo passo na simplificação tarifária, reduzindo o preço do passe metropolitano para os 30 euros, absorvendo os actuais passes municipais; (2) o alargamento da gratuitidade em toda a AML até aos 18 anos, incluindo igualmente os que já hoje têm acesso ao Sub-23; (3) o estabelecimento da gratuitidade do passe para os cidadãos com mais de 65 anos; e face à necessidade do Governo ter em melhor conta a necessidade de promoção do transporte público, para garantir a mobilidade na região e para contribuir para os objetivos de descarbonização assumidos pelo Estado português, **propomos que a Assembleia de Freguesia de S. Domingos de Rana delibere propor à AML e ao conjunto de municípios que a integram:**

1. Avançar no imediato para o alargamento da gratuitidade em toda a AML até aos 18 anos;
2. Elaborar, em conjunto, uma proposta com vista a instituir em legislação própria o financiamento desta medida e do sistema de transportes de passageiros e das suas autoridades, dando-lhe a estabilidade e a consagração que corresponda à sua importância e valor, não a deixando dependente de decisão conjuntural e inscrição em Orçamento do Estado;
3. Intervir junto do Governo para que este tenha em conta a necessidade de acelerar a concretização do plano de investimento público que conduza ao necessário aumento da oferta de transportes públicos, particularmente nas suas vertentes mais

pesadas. Falamos em concreto da aquisição de comboios, e das obras de modernização da infraestrutura ferroviária da Linha de Cascais e da concretização do alargamento do Metropolitano de Lisboa.

### **Os Eleitos da CDU**



## Voto de solidariedade ao povo ucraniano e voto de Louvor à Câmara Municipal de Cascais

Sr. Presidente da Assembleia, em si cumprimento todos os presentes;

2022 revelou-se um ano atroz para todos nós. Um ano que ficará marcado pelo pior cenário que qualquer país pode enfrentar, a guerra. Não existe qualquer ganho com uma guerra, apenas perda.

À data de hoje, são 2 meses em que o cenário de guerra predomina. 2 meses em que a destruição, a violação dos direitos humanos, a violência contra civis, o crime e a morte se sobrepuseram à democracia. Mais de 10 milhões de ucranianos tiveram de abandonar as suas casas e cerca de 4 milhões, na sua maioria crianças e mulheres tiveram de abandonar o país, agarrados à esperança de um dia conseguir voltar.

A rapidez e eficácia foram e continuam a ser as bases necessárias para a garantia de apoio e ajuda a todos aqueles que fogem diariamente à procura de um lugar seguro. A resposta por parte dos municípios foi necessária, bem como a garantia de respostas às necessidades e características que esta população exige.

Cascais, uma vez mais, esteve na linha da frente. Foi a resposta necessária aos pedidos de ajuda que surgiam das fronteiras, foi a eficácia e rapidez necessária no que toca à resolução de condições dignas e foi o abrigo e a paz de todos aqueles que durante dias tiveram de fugir para sobreviver.

Trata-se de uma crise humanitária e como tal tempos extraordinários exigem respostas extraordinárias. São mais de 1700 cidadãos ucranianos que já passaram por Cascais, um dos números mais substanciais a nível nacional. É através das ação e antecipação de necessidades, que Cascais se destaca para com os cidadãos ucranianos, através das bases da humanidade, respeito e solidariedade, características estas que caracterizam o povo português e que fazem parte, muito especialmente, do ADN Cascalense.

Até à data de hoje em Cascais temos:

- . pessoas sinalizadas e apoiadas pelos serviços da autarquia: 1.132 (439 famílias)
- . das quais crianças: 445, dos quais adultos: 687;
- . pessoas acolhidas nas Unidades de Alojamento: 390; cartões mobilidade Viver Cascais: 377 cartões feitos; cartões Vodafone para comunicações: 84 cartões dados; seguro de saúde: 120 subscritores; supermercado social: cerca de 300 famílias apoiadas.

Se o País pode dizer ao mundo, com orgulho, que acolheu dezenas de milhares de refugiados, deve-o sobretudo às autarquias que, como Cascais, dão o que podem e o que não podem para cumprir uma visão humanista da nossa comunidade.

Esta é uma luta pela democracia, uma luta pelos valores europeus, uma luta pela liberalidade, e como tal conformismos e neutralidade não são resposta.

Assim, o grupo de lista PSD/CDS-PP (Coligação Viva Cascais), propõe à Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana, reunida a vinte de abril, que aprove um voto de solidariedade para com o povo ucraniano, nomeadamente a todos aqueles residem, trabalham ou se encontram temporariamente no concelho de Cascais, obrigados a fugir de uma guerra descabida. Apresentamos ainda um voto de pesar por todas as vítimas deste ato atroz, propondo um minuto de silêncio em sua honra.

O grupo de lista PSD/CDS-PP (Coligação Viva Cascais), propõe ainda à Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana, um voto de louvor à Camara Municipal de Cascais, pela organização, receção e acolhimento de excelência, nomeadamente o Sr. Presidente Carlos Carreiras, e em si louvar todos os envolvidos nesta ajuda humanitária, desde decisores políticos, técnicos e demais entidades e instituições envolvidas neste processo, *Sociedade Civil*

Muito obrigada!

## *Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana*

### **VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL**

O ano de 2022 marca o arranque das celebrações do 50º aniversário da Revolução de Abril, que se assinalarão ao longo de 5 anos (2022 a 2026). É tempo de lembrar a história da resistência à ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a atualidade dos dias da Revolução, de transformação e de esperança que deram origem à democracia portuguesa, e contra a opressão.

Foi através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, que se terminou com a ditadura fascista do Estado Novo, que se pôs fim à PIDE, que se acabou com a censura, que se libertaram os presos políticos e se terminou com a guerra colonial. A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

Devemos celebrar as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais que foram adquiridos, nomeadamente na saúde, que veio proporcionar a criação do Serviço Nacional de Saúde, na educação, que deu lugar à criação da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos trabalhadores, dando lugar a uma maior dignidade para quem trabalha.

O 25 de abril não é apenas importante como data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a Revolução não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

Quando o neoliberalismo e a extrema direita lançam a sua sombra de regressão política, social e civilizacional, num ataque frontal às conquistas de Abril, manter viva esta celebração é continuar a defender a Constituição da República de abril. E fazêmo-lo em solidariedade e intercâmbio com os povos

da Europa e do mundo que hoje enfrentam a mesma ameaça de retorno à barbárie e a combatem.

No ano em que voltamos a poder celebrar o 25 de abril de uma forma mais próxima da “normalidade” pré-pandemia, reiteramos a defesa dos valores da liberdade, democracia e solidariedade. Porque manter viva a lembrança simbólica desse marco fundador da democracia é, igualmente, continuar a manter viva a luta pela conquista de mais direitos e de uma vida mais justa para todos e para todas.

**Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana reunida a 20 de Abril de 2022, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:**

1. Saudar o 48º aniversário da Revolução de Abril, bem como as comemorações do 50º aniversário que decorrerão entre 2022 e 2025, prestando tributo a todas e todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação do Estado social.

O eleito do Bloco de Esquerda

Francisco Caldeira

## *Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana*

### **VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO**

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, que tem tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais.

Por isso, assinalar o 1º de maio é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública

(congelados há mais de 10 anos) como do setor privado, em que a inflação irá, rapidamente, suprir os aumentos previstos.

Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido lembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

Na nossa freguesia de São Domingos de Rana não nos devemos esquecer das situações e lutas diárias das trabalhadoras e dos trabalhadores.

**Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana reunida a 20 de Abril de 2022, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:**

1. Saudar o 1º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.
2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;

O eleito do Bloco de Esquerda

Francisco Caldeira